ECONOMIA E MODOS DE VIDA

Reflexões da História sobre teoria, metodologia e objetos

Alexandre de Moraes
Luiz Fernando Saraiva
organizadores

HUCITEC EDITORA

Os capítulos deste livro são importantes referências para os debates atuais sobre História Econômica. São doze textos inéditos, cuidadosamente escritos e debatidos em um espaço de formação acadêmica. Esse expediente assegurou que a diversidade de problemas não comprometesse a coesão da obra, algo nem sempre observado em coletâneas. As contribuições ajudam pensar as relações materiais de existência em diferentes períodos históricos através de temas, objetos, métodos e reflexões teóricas de inegável qualidade e maturidade intelectuais.

Além de uma contribuição de inegável valor, *Economia e Modos de Vida: reflexões da História sobre teoria, metodologia e objetos* é também uma belíssima expressão dos méritos do trabalho coletivo. É o resultado de um projeto notabilizado pela dedicação, engajamento, cooperação e diálogo entre autores de diferentes níveis formativos. Trata-se, enfim, de um material que referenda, pela qualidade dos textos, a importância do espaço isonômico, colaborativo e democrático que nossas universidades públicas devem garantir.

ECONOMIA E MODOS DE VIDA
Reflexões da História sobre teoria, metodologia e objetos

Alexandre de Moraes
Luiz Fernando Saraiva
organizadores

ECONOMIA E MODOS DE VIDA
Reflexões da História sobre teoria, metodologia e objetos

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2022

© Direitos autorais, 2022,
da organização de,
Luiz Fernando Saraiva & Alexandre de Moraes
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209, 04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
www.lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: Mariana Nada
Produção editorial: Kátia Reis
Assessoria editorial: Mariana Terra
Circulação: Elvio Tezza

Capa: Paleolitics Stone. Da Iafeba/Flickr

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E22

Economia e modos de vida [recurso eletrônico] : reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos / organização Luiz Fernando Saraiva , Alexandre de Moraes. – 1.ed. – São Paulo : Hucitec, 2022.
recurso digital ; 15 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui índice
ISBN 978-85-8404-258-6 (recurso eletrônico)

1. História econômica. 2. Livros eletrônicos. I. Saraiva, Luiz Fernando. II. Moraes, Alexandre de.

22-80901

CDD: 330.9
CDU: 338.12

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

7 **Prefácio,** *Carlos Gabriel Guimarães*

Seção 1 – Teorias e Debates

18 **Capítulo 1** – Giro decolonial: novas perspectivas críticas da modernidade capitalista, *Rodrigo de Paula Abi-Ramia*

66 **Capítulo 2** – A Nova Economia Institucional e a História Econômica: aplicações e possibilidades de pesquisa, *Alana Thaís Basso*

111 **Capítulo 3** – A História do Pensamento Econômico no centro e na periferia: abordagens, perspectivas e possibilidades de pesquisas, *Marcos Taroco Resende*

153 **Capítulo 4** – Da igreja do Diabo ao Moinho Satânico: História Econômica e Antropologia das Economias na gênese do capitalismo, *Luiz Fernando Saraiva & Rejane Valvano Corrêa da Silva*

Seção 2 – Metodologia e Possibilidades

226 **Capítulo 5** – A transição do feudalismo ao capitalismo e o debate marxista, *Rebecca de Oliveira Freitas*

254 **Capítulo 6** – Expropriações capitalistas: gênese e atualidade, *Julio Cesar Pereira de Carvalho*

282 **Capítulo 7** – A abordagem global para a História Econômica, *Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo, Fernanda Novaes de Freitas & Henrique Luiz Oliveira Spitz*

323 **Capítulo 8** – A História agrária através do espaço: impactos do uso de Sistemas de Informação Geográfica em análises econômicas, *Mylena Porto da Gama & Thaiz Barbosa Freitas*

Seção 3 – Objetos e Questões

354 **Capítulo 9** – A História Econômica no século XXI: reflexões a respeito de sua produção acadêmica (2006-2017), *Marcos de Brito Monteiro Marinho, Thiago Alvarenga de Oliveira & Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca*

402 **Capítulo 10** – O mercado de crédito hipotecário de Belém do Pará pela ótica da análise de redes sociais (1870-1930), *Fábio Carlos da Silva, Leonardo Milanez de Lima Leandro & Renato Leite Marcondes*

443 **Capítulo 11** – Hammurabi e a *arma de Deus*: economia e religião na antiga Babilônia (1792-1750 a.C.), *Alexandre Santos de Moraes & Guilherme Silva Pixinine*

476 **Capítulo 12** – Moedas e História Econômica: o testemunho numismático como ferramenta para o estudo das economias helenísticas, *Mateus Mello Araujo da Silva*

510 **Sobre os autores**

12

Moedas e História Econômica: o testemunho numismático como ferramenta para o estudo das economias helenísticas

Mateus Mello Araujo da Silva

Desde o Renascimento a Numismática se tornou uma disciplina que tem como objeto de estudo moedas e medalhas. No âmbito da História, apesar da grande variedade de posicionamentos historiográficos apresentados entre os séculos XV e XIX, a percepção da Numismática tendia a oscilar entre a negação e a subordinação, como uma "ciência auxiliar" da História. Mas, apesar dessas posições, a Numismática passou a ter um tratamento cada vez mais sistemático e a se afirmar como uma disciplina com mérito próprio a partir do século XVIII, e especialmente ao longo do XIX (Carradice, 1995, pp. 104-7; Nicolet-Pierre, 2005, pp. 45-65). Esse estabelecimento

secular foi um dos fatores que levaram ao surgimento de linguagem, ferramentas e círculos (de estudo ou coleção) bem demarcados. Esse quadro pode levar profissionais das demais áreas das ciências humanas e sociais a serem reticentes ao considerarem a contribuição oportuna dos testemunhos numismáticos às suas análises. Todavia, em consonância com um esforço mais amplo realizado há décadas no meio acadêmico brasileiro, especialmente por intermédio do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo,[1] será estabelecida uma reflexão sobre as contribuições dos testemunhos numismáticos à História Econômica a partir do período helenístico.

Neste capítulo, compreenderemos a moeda de forma mais restrita, como uma peça metálica em forma discoide. Mas também podem ser feitas caracterizações mais abrangentes sobre o que é uma moeda, compreendendo fenômenos mais recentes como o papel-moeda ou mesmo as criptomoedas. Além disso, é necessário distinguir a noção de moeda que utilizaremos aqui daquela de dinheiro. A noção ainda mais ampla de dinheiro abarca objetos caracterizados tradicionalmente como "pré-monetários", como lingotes de metais (preciosos ou comuns), conchas, armamentos etc. Esses objetos poderiam possuir um valor estabelecido convencionalmente e eram utilizados diretamente como reserva de valor, forma de pagamento, de troca ou como *comparanda* em trocas de outros produtos. A noção de dinheiro também pode ser utilizada

1 Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa em Numismática Antiga, organizado a partir do MAE-USP, pelas trocas proporcionadas ao longo das reuniões que contribuíram de forma decisiva para a elaboração do presente capítulo.

para ressaltar que a difusão das moedas, fenômeno desigual no tempo e no espaço, não levou ao fim das outras formas não monetárias de dinheiro. Essas diversas formas do dinheiro não só preexistiram, mas coexistiram por séculos e mesmo milênios com a moeda (Nicolet-Pierre, 2005, pp. 83-8; Murgan & Kemmers, 2016, pp. 278-9). Mesmo a facilitação das trocas proporcionada pela adoção da moeda não é um advento necessário, conforme aponta o caso da adoção "tardia" das moedas pelos fenícios, reconhecidos como grandes comerciantes desde a Antiguidade e que estabeleceram suas redes comerciais sem a necessidade das moedas (Pappa, 2019). Assim desnaturalizamos e tiramos o caráter teleológico do advento da moeda.

Origens e usos

Dentro desta concepção mais restrita de moeda, sua origem pode ser datada do último terço do VII século AEC. Os exemplares mais antigos são provenientes das escavações das bases do templo de Ártemis, em Éfeso (Carradice, 1995, p. 21; Florenzano, 2001). Embora o templo estivesse localizado sob o território dessa cidade grega da costa da Ásia Menor, a região já estava sob o domínio do reino da Lídia no período em questão, e assim permaneceria até sua conquista pelo Império Persa. Seu contexto histórico, além da iconografia das moedas, levanta extensos debates acadêmicos sobre a origem lídia ou grega das moedas.

Além disso, a presença de nomes de indivíduos gravados em algumas dessas peças também suscita questionamentos sobre a iniciativa privada ou estatal na

produção das primeiras moedas. Porém, há dois pontos bem estabelecidos sobre o desenvolvimento, a produção e a circulação das moedas: 1) embora sua origem possa não ser grega, mas lídia, a utilização das moedas tornou-se comum no Mediterrâneo e no mar Negro antigos por meio dos gregos, primeiramente os da Ásia Menor e, posteriormente, das demais comunidades gregas; 2) sendo de origem privada ou estatal, o fenômeno numismático tornou-se precoce e estreitamente associado ao poder político (de um reino, de uma cidade ou de uma liga, por exemplo). Essa associação se tornou ainda mais evidente com o surgimento de certas inscrições, denominadas étnicos, nas moedas. Os étnicos indicavam diretamente a autoridade emissora pela grafia abreviada ou completa de seu nome, podendo abranger uma ampla gama de comunidades como cidades, ligas, tribos etc. Nas emissões reais, os étnicos poderiam ser substituídos pelo nome do monarca. Em ambos os casos, é comum a grafia do nome no genitivo, caso da declinação grega que poderia indicar posse ou origem, como "do rei Ptolomeu" ou "dos atenienses". Posteriormente surgem, com o étnico, os nomes dos indivíduos responsáveis pelas emissões, magistrados das cidades que supervisionavam o processo e/ou atestavam sua fiabilidade. Seus nomes são registrados por extenso ou por monogramas (Thonemann, 2015, pp. 130-2).

Sendo assim, quando lidamos com as moedas gregas do período arcaico, clássico ou helenístico, quase sempre nos referimos a emissões feitas em nome de um poder político, cujo valor do metal, seu peso e seu grau de pureza eram garantidos por uma entidade identificável mediante signos característicos. Esses signos, além de sua inegável função prática de identificação e garantia da autoridade emissora da moeda, veiculavam mensagens e identidades

diversas (Iossif & van de Put, 2016; De Callataÿ, 2016a, pp. 127-9). Deuses, heróis, animais, plantas, monumentos e variados objetos eram selecionados pelas autoridades emissoras como uma forma de identificar a si mesmos e/ou a comunidade que representavam, sendo signos significativos para a expressão das coletividades, em especial aquela de uma dada pólis (Marcellesi, 2000, p. 329; Meadows, 2001, p. 59; Grandjean, 2012, pp. 11-13, 21; Laky, 2019, pp. 454-5). Com isso, pode-se observar a pluridimensionalidade da moeda: um fenômeno ao mesmo tempo econômico, político e cultural.

As motivações políticas e econômicas estatais na emissão das moedas se tornam ainda mais evidentes quando observados a cronologia e o volume das cunhagens. As oficinas de produção monetária de grande parte das cidades antigas não funcionavam de forma constante, mas intermitente. As autoridades optavam eventualmente por cunhar novas moedas e colocá-las em circulação, com a motivação para essas emissões parecendo ter sido imediata e prática. Em diversos casos, é perceptível a ligação dos picos de produção monetária com guerras e outros gastos públicos elevados (Meadows, 2014, pp. 180-2; De Callataÿ, 2016a, p. 130; Grandjean et al., 2017, pp. 14-15, 306-7; Grandjean, 2020, p. 160).

O caso de Rodes é elucidativo, pois os dois picos das emissões se dão logo após a fundação da cidade em 408 AEC (e iria desse ano até c. 385 AEC) e na passagem do III para o II séculos AEC (entre c. 205 – 190 AEC). O primeiro conjunto de emissões ródias estaria ligado ao extenso programa de construção exigido pela fundação de uma cidade, com o pagamento de diversos profissionais remunerados envolvidos nos trabalhos (artísticos, de alvenaria, carpintaria etc.), além dos volumosos e variados

materiais exigidos. O segundo momento seria ligado ao grande número de conflitos em que Rodes estaria envolvida (as operações militares hostis de Filipe V na região vizinha da Cária, a Segunda Guerra Macedônica e a Guerra romano-selêucida), mobilizando mercenários, suas tropas regulares e sua frota (Ashton, 2001; De Callataÿ, 2005, pp. 80-3).

Todavia não é possível ignorar que, ocasionalmente, outros fatores também poderiam ter influência nessa decisão. O caso de Atenas após 166 AEC,[2] quando a cidade recebeu de Roma a tutela sobre Delos, demonstra que o aumento da produção monetária ocorrido nesse período estava ligado ao abastecimento das reservas de moedas atenienses nesse porto comercial de grande importância no Mediterrâneo oriental (Bresson, 2005, p. 49; para uma conclusão semelhante, sobre o caso de Tasos no período clássico, ver Puccini, 2019).

Cabe também ressaltar que a emissão e a circulação eram dinâmicas distintas. A emissão, em grande parte das vezes, era ligada aos interesses imediatos do Estado, já a circulação posterior não estava totalmente sobre o controle das autoridades, com as moedas sendo utilizadas para diversas transações entre particulares (ou sendo imediatamente entesouradas) (Bresson, 2005, pp. 49-50).

2 Para Meadows (2018a, p. 298), mais especificamente em 164/3 AEC.

Imagem 1. Moeda em Estilo Novo de Atenas

FRBNF41814755.3 Tetradracma ateniense no Estilo Novo, emitido em c. 165 AEC. O exemplar pertence à primeira série anual desse conjunto de novas emissões (Thonemann, 2015, pp. 57-9), do mesmo período da concessão de Delos aos atenienses. Os tipos numismáticos de anverso e de reverso são reelaborações dos tipos numismáticos tradicionais e seculares da cidade, com Atena e a coruja. No anverso, a cabeça da deusa é representada portando seu capacete. No reverso, a coruja é apresentada sobre uma ânfora. Também estão presentes a abreviação do étnico, AΘE, e os monogramas que identificam o(s) magistrado(s) responsável(eis) pela emissão. Entorno do reverso, há uma coroa de louros que rendeu a essas moedas, ainda na Antiguidade, o nome grego de stephanephoroi, isto é, "as que portam a coroa".

Essa multiplicidade dos usos da moeda, para além de seu possível emprego imediato para pagamentos pelas autoridades políticas, levou John K. Davies a fazer um alerta sobre a utilização dos achados de moedas individuais e

3 Todos os exemplares de moedas deste capítulo são retirados da base de dados *Gallica* (<https://gallica.bnf.fr/>), da Biblioteca Nacional da França. Eles são identificados pelo código iniciado por *FRBNF*.

de tesouros enterrados[4] no estudo da História Econômica: eles não podem ser vistos como um reflexo de todos os escopos das transações econômicas que ocorriam em um devido local e período. Assim, não seria possível se fazer análises simplistas ou imediatas dos achados (Davies, 2016, pp. 22-4). Isso se dá em vista da complexidade do fenômeno numismático (perpassando pagamentos públicos ou privados), a variedade de formas de se fazer transações por bens e serviços (não necessariamente envolvendo moedas, mesmo nas regiões mais monetarizadas; Marcellesi, 2000, p. 327; Grandjean et al., 2017, p. 306) e o uso prolongado que muitas dessas peças poderiam ter ao longo de poucos anos, décadas ou até mais de um século para certas emissões mais valorizadas. Com isso, uma peça poderia ter um longo uso (identificável por certo tipo de desgaste apresentado por algumas moedas antes de terem sido entesouradas, por exemplo), conferindo-lhe um rico percurso ao passar pelas mãos de numerosos indivíduos em diferentes locais. Esse percurso escaparia, total ou parcialmente, ao estado final no qual a moeda foi encontrada arqueologicamente.

O quadro se torna ainda mais intrincado se tivermos em conta a prática da recunhagem de moedas. As moedas poderiam ter seu metal reaproveitado com a reexecução da cunhagem, ao serem colocados novos tipos numismáticos de anverso e reverso sobre elas. Certas recunhagens, feitas com pouco apuro técnico ou em contextos de emergência, ainda podem conter marcas identificáveis de seus tipos antigos sob os novos. Mas em contextos de grande urgência ou na necessidade do controle de um grande

4 Discutidos em maior detalhe na seção "Circulação" do presente capítulo.

fluxo monetário de origem externa, as autoridades poderiam aplicar somente uma contramarca, pequeno signo característico gravado sobre um tipo numismático externo para a validação da moeda pela autoridade local.

Esse foi o caso das cunhagens ródias das décadas de 180 e 170 AEC que circulavam na Lícia. A região continental da Lícia havia sido concedida a Rodes pelos romanos em 188 AEC como recompensa pelo seu apoio na Guerra romano-selêucida. Todavia, o domínio ródio na região foi instável, enfrentando revoltas até que, em 166 AEC, a Lícia teve sua liberdade reconhecida pelos próprios romanos. A partir desse momento, a região passou a ser organizada formalmente entorno da Liga Lícia. Um conjunto de moedas ródias então foi remarcado ainda no período das revoltas ou nos primeiros anos da Liga como uma forma de revalidá-las antes que as suas próprias cunhagens fossem emitidas (Ashton, 1987).

Pesos e medidas

Moedas foram emitidas, do período arcaico ao helenístico, por praticamente todas as cidades que tivessem capacidade política e financeira para tal. No caso das cidades menores, essas emissões eram muito mais episódicas do que aquelas das grandes cidades, como Atenas e, posteriormente, Rodes. Essas cunhagens podem ser divididas em dois grupos: as de valor intrínseco e as de valor fiduciário. Aquelas de valor intrínseco eram cunhadas com metais preciosos como prata, ouro ou eletro (liga de prata e ouro, comum nas primeiras emissões monetárias da Ásia Menor), cujo valor era dado por seu próprio peso em metal. Com isso, as moedas de valor intrínseco eram

subdivididas em numerosas denominações que tinham como unidades básicas mais comuns o óbolo e o dracma (que, por sua vez, equivalia a seis óbolos). De acordo com a necessidade, as cidades emitiam moedas em óbolos, hemióbolos (com peso e valor equivalente à metade de um óbolo), trióbolos (três óbolos), dracmas, didracmas (dois dracmas), tetradracmas (quatro dracmas) etc.

Mas os próprios pesos de um óbolo ou de um dracma não eram homogêneos no mundo grego. Existiam numerosos padrões de peso que eram difundidos em maior ou menor escala entre as diferentes comunidades. Por exemplo, no padrão coríntio, o dracma pesava 2,9 gramas; no egineta, 6,1 gramas; no ático, 4,3 gramas. Esse último teve grande difusão a partir do período clássico e alcançou o *status* de um "padrão internacional" no período helenístico em razão das cunhagens emitidas por Alexandre III (cognominado o Grande) que foram adotadas e difundidas mesmo após a sua morte por meio das emissões dos "Alexandres póstumos" (Marcellesi, 2000, pp. 328-9; Meadows, 2001, p. 56).[5] Essa variedade de

5 A emissão dos Alexandres póstumos foi comum especialmente na Ásia Menor, onde continuou até o decênio 170 – 160 AEC. Após esse período, as cidades que até então emitiram Alexandres em profusão não abandonaram o padrão ático, mas somente os tipos numismáticos de Alexandre (anverso com Héracles e reverso com Zeus; imagem 2). Os anos entre 160 e 140 AEC marcaram o começo da emissão de tetradracmas em padrão ático com tipos locais de cada cidade, mas que tinham a iconografia comum da coroa de folhagem que circulava o reverso, em referência aos *stephanephoroi* atenienses que começaram a ser emitidos por volta de 166 AEC (Le Rider, 2001, pp. 39-43; imagem 1). Meadows (2018a, pp. 299-301) denomina esse movimento de Grande Transformação. Os Alexandres póstumos também são denominados "Alexandres cívicos" por alguns historiadores e numismatas (como Thonemann, 2015, pp. 52-3), pois seriam uma expressão característica das autoridades políades

padrões demandava um grau relativo de conversibilidade mútua para tornar as trocas possíveis. Dessa forma, moedas de padrão ático poderiam ser utilizadas em um mercado local que empregava o padrão egineta a partir da conversão com base no seu peso em metal.

Imagem 2. Moeda de Alexandre

FRBNF41848545. Tetradracma em padrão ático emitido durante o reinado de Alexandre III da Macedônia (à direita no reverso, em grego, ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ; isto é, "de Alexandre"). No anverso é representada a cabeça de Héracles imberbe, vestido com seu característico escalpo de leão, dentro de uma borda pontilhada. No reverso, é representado Zeus sentado em seu trono, imagem que significa "soberania, governo, controle, vigilância e decisão" (Laky, 2019, p. 461); na mão direita, estendida, dá apoio a uma águia; na esquerda, segura seu cetro. Abaixo da águia de Zeus, está outra que serve de contramarca que identifica a origem dessa emissão: a cidade de Anfípolis. Os signos do reverso também estão representados dentro de uma borda pontilhada.

---

sob um padrão e tipo numismático bem difundidos. Já Meadows (2018b, pp. 66-70) acredita que essas emissões (pelo menos em sua maioria) são, na verdade, emissões reais e não cívicas. Essas moedas teriam sido emitidas localmente pelas cidades em virtude das demandas mais amplas dos monarcas helenísticos. Com isso, esses Alexandres não seriam propriamente "cívicos", mas somente "póstumos".

Imagem 3. Alexandre póstumo

FRBNF41837706. Tetradracma póstumo em nome de Alexandre (ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ no reverso), datado de c. 201 – 190 AEC, mais de um século após a morte do monarca. Anverso e reverso contêm os tipos numismáticos característicos das suas moedas. No reverso, além de um monograma, há uma contramarca abaixo da águia de Zeus (uma rosa) e letras abaixo do trono (PO) que denotam sua origem: Rodes (Ῥόδος). É importante ressaltar que Rodes nunca emitiu tetradracmas com os tipos numismáticos de Alexandre durante a vida do monarca.

Para além das moedas de valor intrínseco, estão aquelas de valor fiduciário, isto é, aquelas que possuíam uma ênfase muito maior na relação convencional para o estabelecimento do valor da moeda. Isso porque seu valor não estava atrelado ao seu peso em metal. O valor intrínseco do metal que a compunha era muito menor do que seu valor nominal. Essas moedas, cunhadas em metais comuns, como o bronze,[6] tinham uma circulação

6 Todavia era possível que as moedas de bronze também tivessem um valor intrínseco e não fiduciário, para além da experiência grega do Mediterrâneo oriental. Como no caso da Calábria, em que gregos e não

mais restrita do que aquelas com valor intrínseco. Ela se limitava muitas vezes aos territórios das suas cidades emissoras, tendo em vista que seu valor fortemente convencional era incerto fora de um contexto em que sua autoridade emissora estivesse presente para garanti-lo (Le Rider, 1991, p. 209; Grandjean, 2012, p. 14; Meadows, 2014, p. 191; Thonemann, 2015, pp. 134-8; Iossif, 2016, pp. 295-6).[7]

Além do menor valor do metal empregado, essas moedas também tinham um valor nominal menor do que aquelas em prata. As moedas de bronze eram utilizadas para as transações e pagamentos de menor valor, tendo em vista que a produção numismática em prata menor que um dracma era pouco usual, exceto em Atenas, cidade amplamente estudada pela historiografia, mas que, sob muitos aspectos, não oferece um parâmetro confiável para a compreensão das demais práticas gregas (Grandjean, 2020, p. 161).

Os casos das moedas encontradas nas escavações de Corinto e Olinto confirmam essa tendência, pois as moedas de bronze ofereceriam relatos mais condizentes com o comportamento de atores econômicos individuais na microeconomia, enquanto as de prata seriam mais ligadas a seu comportamento na mesoeconomia (comportamento

---

gregos, em constante contato, produziram moedas de bronze com valor intrínseco com base na tradição regional que enfatizava esse metal como expressão de valor (Florenzano, 2019).

7 Há certos casos em que as moedas fiduciárias de bronze circulavam médias distâncias dentro de uma dada região, sendo encontradas em territórios de autoridades políticas diversas, fazendo-se necessário matizar o quadro da circulação monetária das moedas de bronze, não lhe concedendo um caráter demasiadamente esquemático (Grandjean, 2012, p. 18; Psoma, 2012).

dos proprietários e investidores) (Davies, 2016, p. 33). As moedas de bronze e as frações de dracma entre 1 e 3 gramas encontradas de forma mais ampla nas escavações, denotando um uso mais corrente, indicam que esses valores seriam o bastante para lidar com as transações cotidianas (salários, pagamentos por pequenos trabalhos e compra de produtos alimentícios) (Meadows, 2014, p. 188; Grandjean, 2015; Grandjean et al., 2017, p. 310). E mesmo que alguns indivíduos pudessem lidar ocasionalmente com as menores frações de prata em seu cotidiano, as grandes denominações de ouro e prata parecem nunca ter sido usadas pela maioria da população.

Mas mesmo as moedas de valor intrínseco em prata ou ouro poderiam ser investidas pelas autoridades emissoras de um forte aspecto fiduciário dentro de sistemas monetários fechados (Le Rider, 1992, p. 276). Em certos locais, uma autoridade emissora poderia exigir que apenas a moeda local fosse utilizada, interditando-se o uso de moedas de outros locais, mesmo que tivessem um padrão e/ou denominação semelhantes. O caso mais famoso é do Egito helenístico sob a dinastia ptolomaica (Mørkholm, 1982, pp. 297-8; Sales, 2017, pp. 9-10). Ainda sob o fundador da dinastia, Ptolomeu I (305 – 283/2 AEC), foi instaurada no Egito a obrigatoriedade do uso da moeda local mais leve que o padrão ático, então já largamente utilizado nas transações no Mediterrâneo. Um tetradracma ptolomaico pesava 14,25 gramas, 2,95 a menos que seu correlato no padrão ático.

Ao desembarcarem no Egito, os comerciantes deveriam trocar imediatamente suas moedas pelas correlatas locais, sem levar em consideração seu peso, mas somente sua denominação (um dracma ateniense em padrão ático de 4,3 gramas por um dracma ptolomaico em padrão

próprio de 3,55 gramas, por exemplo). Essa adoção trazia não só grandes vantagens financeiras para a monarquia e seus agentes por meio dessa conversão vantajosa e da arrecadação das taxas envolvidas nesse procedimento, mas também auxiliava no controle do volume e do tipo do metal em circulação (Le Rider 1987; Marcellesi, 2000, p. 330; Meadows, 2014, p. 186; Grandjean et al., 2017, p. 307). Além de reinos, cidades também poderiam adotar esse procedimento, como foi o caso de Rodes após c. 350 AEC, cujo dracma pesava 3,4 gramas (Cahn, 1942, p. 94; Bresson, 1993, pp. 132-8; Marcellesi, 2000, p. 331).

Imagem 4. Moeda de ouro ptolomaica

FRBNF41757373. Trichrison de Ptolomeu I (no reverso, em grego, ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ ΒΑΣΙΛΕΩΣ, isto é "do rei Ptolomeu"), emitido em Alexandria. No anverso está representado Ptolomeu com seu diadema, sinal de seu status real, dentro de uma borda pontilhada. No reverso, há uma águia carregando raios em suas patas, iconografia em referência a Zeus, dentro de uma borda pontilhada. À sua esquerda, um monograma.

Imagem 5. Cordão feito com moeda de ouro ptolomaica

FRBNF41856347. Cordão formado por uma moeda de Ptolomeu II (283/2 – 246 AEC), presa a uma corrente, com pingentes. A moeda, apesar de já ser emitida pelo filho e sucessor do fundador da dinastia, ainda porta os mesmos tipos numismáticos de anverso e reverso, com o retrato de Ptolomeu I, reforçando uma mensagem de continuidade dinástica e de legitimação. A sua transformação em um adorno demonstra que, uma vez em circulação, as moedas emitidas pela autoridade estatal poderiam ser objeto dos mais diversos usos e apropriações (De Callataÿ, 2016a, pp. 132-6).

Para além da adoção dos sistemas fechados, as cidades poderiam adotar o padrão ático para suas cunhagens, se inserindo no grande fluxo "internacional" dessas moedas ou adotar uma postura intermediária de cunhar moedas tanto no padrão ático quanto em um padrão local específico. Essa prática de dupla circulação era comum na costa Mediterrânica da Ásia Menor e nas ilhas do Egeu. Embora a interpretação clássica fosse de que essas moedas de padrão ático, especialmente com os tipos de Alexandre, eram emitidas por essas cidades apenas para pagamentos externos, testemunhos epigráficos atestam que pagamentos internos também eram feitos nessas moedas (Marcellesi, 2000, p. 338). A diferença

no uso entre as moedas locais e os Alexandres não estava na divisão entre pagamentos internos e externos, mas naquela entra pequenos e grandes pagamentos (Ibid., p. 350). Isso se daria, pois, a produção das moedas com os tipos de Alexandre, especialmente com o passar das décadas após sua morte, se concentrou cada vez mais nas grandes denominações, especialmente nos tetradracmas. Com isso, as moedas com tipos numismáticos e padrões locais eram utilizadas para pequenos pagamentos, especialmente dentro da esfera da cidade emissora, tendo em vista a possível perda ocorrida com as taxas de conversão de uma moeda fora do padrão ático de uma pólis em outra; mas os Alexandres serviriam a grandes pagamentos, dentro e fora da cidade, obtendo eventualmente uma ampla circulação.

Circulação

A circulação das moedas no período helenístico pode ser analisada por dados de peças encontradas em contextos arqueológicos ou dos tesouros enterrados.[8] Como apresentado anteriormente, as moedas em metais preciosos (de valor intrínseco) e padrão ático poderiam circular grandes distâncias, compondo tesouros distantes de seus locais de emissão. Esse é o caso do tesouro de Mektepini (*IGCH* 1410), vindo da região antiga da Frígia

8 Compilados no *Inventory of Greek Coin Hoards* (*IGCH*), publicação originalmente impressa em 1976 sob a *American Numismatic Society* (*ANS*) e que possui numerosos volumes publicados ao longo das décadas seguintes. Ainda sob a *ANS*, foi criada a base de dados *on-line Coin Hoards* (<http://coinhoards.org/>), incorporando os materiais das publicações impressas.

e possuindo mais de 752 moedas de origens diversas, desde Ecbátana (na Média) até Sicião (no Peloponeso), e de Alexandria (norte do Egito) até Calate (na costa ocidental do mar Negro), sendo a maior parte das cidades da costa da Ásia Menor. O maior volume do tesouro é formado por Alexandres póstumos, com os exemplares mais numerosos sendo aqueles de Rodes (63 exemplares), Heracleia Pôntica (57 exemplares) e Aspendo (39 exemplares).

A volumosa evidência dos tesouros enterrados indica uma monetarização desigual ao longo do mundo helenístico, por mais que certos padrões e tipos monetários tivessem grande aceitabilidade e circulação, como os Alexandres. Apesar de exemplos marcantes como o tesouro de Mektepini, a maior parte do volume monetário helenístico ainda era de circulação local ou, no máximo, regional em razão de seus padrões não áticos ou valores fiduciários (de Callataÿ 2006, p. 5). Esse quadro contraria a tese clássica avançada pelo historiador Mikhail Rostovtzeff, em sua obra *Social and Economic History of the Hellenistic World* (1941) de que o período helenístico seria aquele da formação de um mercado monetário unificado por meio das moedas comuns (Grandjean et al., 2017, pp. 312-3).

A interpretação de Rostovtzeff pode ser encaixada em uma tradição modernista do estudo da economia antiga, que a entendia como dinâmica e em evolução. Com isso, ela teria uma série de características que se assemelhavam à economia moderna, como a intensa atividade mercantil e a produção manufatureira (Bresson, 2016, pp. 2-3). Kostas Vlassopoulos defende que, embora certos aspectos da interpretação modernista sejam questionáveis (como a existência de certos pressupostos eurocêntricos e anacronismos), sua postura de colocar as

cidades e os campos dentro de um sistema dinâmico tem muito a contribuir para um estudo da economia antiga, se desvencilhando dos pressupostos que dominaram a segunda metade do século XX, chamados de primitivistas (Vlassopoulos, 2007, pp. 61-3).

A interpretação primitivista é oposta à modernista. Ela advoga, de maneira geral a partir dos postulados do economista alemão Karl Bücher, que a economia antiga não teria se desenvolvido, mantendo um nível de produção agrária ou artesanal próximo ao da subsistência local, não havendo grande espaço para a atividade mercantil ou financeira (Bresson, 2016, pp. 2-3). Essa perspectiva se tornou a majoritária na historiografia do pós-guerra.

Nessa linha, a partir de conceitos weberianos, Moses Finley avançou o modelo da cidade-consumidora (também empregado, por exemplo, por Mossé [1989, pp. 126-7]). Segundo o autor, a cidade antiga seria apenas uma concentração populacional local cujo papel na cadeia produtiva seria negligenciável, sendo sua atividade principal o consumo dos bens produzidos pelo campo. Esse modelo seria oposto à cidade-produtora dos períodos medieval e moderno, polos produtivos e dinâmicos inseridos em redes de produção, circulação e, não somente, consumo. Mas o modelo da cidade-consumidora da Antiguidade em oposição à cidade-produtora medieval e moderna não se mantém diante de uma análise mais detida. As diferenças entre as cidades antigas e modernas seriam menores do que Finley entendia, visto que em questões produtivas, demográficas e comerciais a separação dos dois modelos não se sustenta. Também o isolamento da cidade como uma entidade fechada em meio ao campo e a redução da economia antiga a apenas um modelo produtivo políade não fariam justiça à complexidade das evidências sobre a

economia antiga (Vlassopoulos, 2007, pp. 123-41; Bresson, 2016, p. 194).

Diante dessas duas proposições, concordamos com Catherine Grandjean de que há limitações de uma aplicação literal das concepções primordialista ou modernista. Se dirigindo de forma mais direta aos dois de seus mais notáveis propositores, a autora conclui que tanto a ideia de Finley de um período helenístico marcado pela estagnação econômica e pela ausência de mudanças significativas quanto a unidade econômica do mundo helenístico, cara a Rostovzeff, não eram realidades atestáveis pelos testemunhos do período (Grandjean et al., 2017, pp. 316-7).

No caso específico da numismática helenística, podemos perceber a complexidade do seu fenômeno, que impossibilita as aplicações primitivistas e modernistas mais simplistas. Na maior parte das ocasiões, as moedas não eram emitidas em virtude dos imperativos econômicos do comércio por indivíduos ou grupos privados, mas por demandas financeiras imediatas do poder político. Todavia, entravam nos circuitos econômicos mais amplos em um segundo momento. Além disso, de acordo com seus padrões e metais, diferentes emissões poderiam ter circulações diversas, na esfera do consumo local (valorizada pelos primitivistas) ou na esfera mais ampla (valorizada pelos modernistas).

Essa circulação mais ampla de certas moedas poderia se dar, primeiramente, por meio de deslocamentos militares (de Callataÿ 2006, pp. 10-1). Com seu soldo pago mediante moedas emitidas por monarcas e cidades a quem serviam, soldados e mercenários levavam consigo os valores recebidos durante e após as campanhas. Outras atividades ligadas de forma mais ou menos direta

à guerra como saques, pilhagens e pagamentos de resgastes de prisioneiros também poderiam levar à circulação de riquezas, entre elas as moedas (Le Rider, 1991, p. 210). O caso da difusão das moedas de Alexandre III por grande parte do Mediterrâneo oriental nos primeiros anos do período helenístico parece indicar o retorno de seus veteranos ao oeste após sua extensa campanha de conquista do Império Persa ou o assentamento deles em (re)fundações nos territórios recentemente conquistados (Thonemann, 2015, pp. 13-7).

O uso extensivo das moedas no pagamento de mercenários levou a fenômenos como a proliferação de "imitações" das cunhagens de Filipe II da Macedônia (pai e antecessor de Alexandre III) na Europa central e de Rodes no Egeu. As primeiras cunhagens celtas conhecidas datam do IV século AEC e têm como base os tipos de Filipe II e, posteriormente, Alexandre III. Elas teriam chegado a seus territórios não por meio do comércio, mas do retorno dos mercenários celtas empregados pelos monarcas macedônios. Essas moedas, tradicionalmente vistas como "imitações", são reapropriações e releituras celtas das iconografias e práticas numismáticas macedônias. Até mesmo a tomada de referência dos tetradracmas de prata (no médio e baixo Danúbio) ou dos estáteres de ouro (da Bretanha à Boêmia) desses monarcas foram feitas com base em práticas regionais célticas que valorizavam um desses metais como forma privilegiada de expressão de valor. Além disso, essas moedas poderiam ser recunhagens das próprias moedas dos monarcas e seu uso econômico também não seria correlato às práticas gregas e macedônias (Thonemann, 2015, pp. 26-9).

Já as cunhagens pseudo-ródias possuem os tipos numismáticos tradicionais dos dracmas ródios do III século

e dos primeiros anos do II século AEC. Elas eram feitas tais como se fossem aquelas emitidas por Rodes, mas possuem numerosos sinais de que, na verdade, não são (como os locais de achado fora do sistema monetário fechado de Rodes, a ausência do étnico, eixos dos moldes irregulares, metal de baixa qualidade, além da homogeneidade estilística que indicaria a produção dentro de um curto espaço de tempo). As moedas pseudo-ródias podem ser datadas entre a primeira década do II século e a década de 160 AEC, período em que Rodes já havia abandonado seus tipos numismáticos tradicionais, emulados pelas emissões pseudo-ródias, e adotado novos tipos e um padrão ainda mais leve (dracma de 3,05 gramas). A explicação para esse fenômeno seria o pagamento de mercenários cretenses a serviço do monarca macedônio Perseu em seu conflito contra Roma, durante a Terceira Guerra Macedônica. Extensamente empregados pelo monarca nesse período e nos supostos locais de proveniência dessas moedas (Samotrácia, Eubeia etc.), os cretenses teriam preferência pelo pagamento em moedas ródias tradicionais, tendo em vista a proximidade geográfica das ilhas e o seu constante serviço a Rodes. Com isso, os macedônios tiveram de emitir, eventualmente, moedas que emulassem os tipos ródios (Ashton, 1988a; 1988b; 1989a; 1997; 2013).

Imagem 6. Dracma pseudo-ródio

FRBNF41779970. Dracma caracterizado como pseudo-ródio por Richard Ashton (1989a), com tipos numismáticos comuns àqueles produzidos na ilha décadas antes. No anverso, a cabeça de Hélios com a visão frontal em três quartos. No reverso, a rosa. Acima da rosa, o nome do magistrado Damasias (ΔΑΜΑΣΙΑΣ), ausente nas moedas ródias e característico de Eretria (na ilha da Eubeia), possível origem dessa emissão.

A circulação posterior dessas emissões, todavia, pode indicar o comércio em diferentes escalas. O caso selêucida é paradigmático desse fluxo internacional de moedas, especialmente de tetradracmas. Há uma grande concentração de achados de Alexandres póstumos e *stephanephoroi* produzidos na Ásia Menor em território selêucida (especialmente Cilícia, Síria e Mesopotâmia). Isso se dá em vista da abertura selêucida à circulação das diversas moedas em padrão ático dentro de seu território, o que permitia a essas moedas, produzidas em outras localidades, circularem sem impedimentos em seu território (Le Rider, 2001, pp. 51-2). Com isso, os achados em território selêucida poderiam ser representativos dos

intensos fluxos comerciais e populacionais que ligavam a Ásia Menor ao Oriente Próximo.

Mas há casos em que a utilização dos padrões de circulação monetária não consegue isoladamente dar conta do mapeamento das trocas comerciais (de Callataÿ, 2016b, pp. 257, 259-60). Isso se dá particularmente quando lidamos com sistemas monetários fechados. Como apontado, esses instrumentos buscavam controlar a circulação monetária dentro de um território. Isso é visível, por exemplo, no caso ródio. Há quase uma completa ausência de achados de moedas não ródias em seu território (Ashton, 1989b; Bresson, 1993).

Além disso, fora de seu território, com notáveis exceções (como no tesouro *IGCH* 270, encontrado em Olímpia com somente 3 moedas ródias [Ashton 1989b, pp. 11-2]) e retirando de consideração as moedas pseudo-ródias, há pouca evidência de circulação de suas moedas fora de seu território.[9] Esse quadro aparentemente contraria a fama da cidade como um grande centro de comércio e distribuição no Egeu. Mas ao considerarmos as evidências dos achados de ânforas ao longo da costa do Mediterrâneo e do mar Negro, encontramos uma grande presença ródia com sua cerâmica estampada, o que permite sua identificação e datação com base nas estampas contendo o nome do sacerdote epônimo da cidade e do fabricante (Élaigne, 2003, p. 394). No caso do Bósforo, no norte do mar Negro, encontramos numerosas ânforas ródias que atestam

9 Ausência vista mesmo na região vizinha da Cária, sobre a qual Rodes exercia uma grande autoridade hegemônica, quando não uma dominação política direta, conforme o exemplo de um tesouro helenístico, sem local de achado preciso, mas que contém moedas de três cidades cárias (Myndos, Halicarnasso e Cnido) e sem moedas ródias (Göktürk, 1996).

um fluxo comercial constante entre ambas as regiões ao longo do período helenístico, mas quase que uma completa ausência de moedas ródias (com somente um exemplar encontrado em Gorgippia) (Badal'janc, 1999).

Por sua vez, o intenso comércio entre Egito e Rodes também não é constatável por meio da circulação numismática. De fato, basear-se somente nesse aspecto levaria à conclusão de que Rodes e Egito não tiveram trocas comerciais no período helenístico, ou tiveram-nas em nível negligenciável. Mas, como no caso de Rodes e o norte do mar Negro, os dados da cerâmica encontrada em Alexandria atestam que as trocas comerciais cresceram ao longo desse período. No caso alexandrino, chegaram a seu ápice entre 200 e 180 AEC e mantiveram níveis consideravelmente altos ao longo do II século AEC. Desde o período arcaico, Rodes e Egito teriam estreitas relações políticas e comerciais (Gabrielsen, 2013, pp. 66-7). Os ródios venderiam principalmente seu vinho ao Egito, deixando como evidência as ânforas, e comprariam trigo para seu próprio abastecimento e para a redistribuição no Mediterrâneo (Lund, 1999, p. 202).

Outro elemento que pode causar dificuldade no estudo da circulação monetária com base nas moedas das coleções de grandes instituições (museus, gabinetes ou sociedades numismáticas) é a ausência de indicações precisas (ou de qualquer tipo) da origem das peças que as compõem. Isso se dá, pois, grande parte dessas coleções foram obtidas desde o Renascimento, antes da constituição de uma prática arqueológica contemporânea de se obter objetos antigos por meio de escavações oficiais, profissionais e que têm como uma das grandes preocupações o

registro dos contextos precisos dos achados.[10] As moedas eram consideradas como objetos de arte em si, não sendo necessária a sua contextualização para além das datações gerais com base na iconografia e no estilo.[11]

A questão da circulação e monetarização também pode ser abordada de maneira ainda mais precisa ao se restringir a pesquisa a casos locais. As cidades gregas, com seus centros urbanos e territórios diversos, tinham diferentes graus de difusão das moedas. Elas eram mais concentradas, especialmente as denominações de grande valor, nas zonas portuárias, santuários e centros urbanos, enquanto as zonas rurais e de povoação mais esparsa detinham moedas igualmente esparsas e de menor valor. Para essas análises, a conjugação das moedas

---

10 A coleção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional da França, por exemplo, começou a se constituir com o gabinete de Henrique IV (1553 – 1610) e ganhou um novo ímpeto sob Luís XIV (1638 – 1715), embora o desejo pela obtenção de objetos considerados antigos e raros (entre eles, as moedas) venha desde os reis franceses medievais. Com a Revolução, os gabinetes foram retirados do controle real e se tornaram parte de uma coleção nacional. As coleções públicas de moedas foram aumentadas ao longo dos séculos seguintes, em parte, por meio de aquisições de grandes coleções privadas, com aquela do duque de Luynes em 1862. Essas coleções de origem particular, assim como aquelas reais dos séculos anteriores, não possuem registros dos locais de achado e/ou compra das moedas, dificultando considerações sobre seus usos e circulação.

11 Essas preocupações permaneceram em certas produções mesmo ao longo da segunda metade do século XX, como a tese em Belas Artes de Katherine Patricia Erhart pela Universidade de Harvard. A autora trata na publicação *The Development of the Facing Head Motif on Greek Coins and Its Relation to Classical Art* de fazer o recorte dos motivos com base em critérios estéticos, tendo em vista que certas moedas não seriam necessárias de serem analisadas por serem consideradas pela autora como "imitações" ou "degenerações" (1979, p. 272).

encontradas em escavações, com seus contextos arqueológicos bem documentados, e dos tesouros enterrados se apresenta como um procedimento mais seguro. Um exemplo do uso oportuno da análise de casos específicos, com a sua posterior conjugação em um quadro mais amplo, é empreendido por Catherine Grandjean, ao investigar a monetarização na Grécia helenística com base nos casos da Beócia, da Messênia e de Atenas. A partir desses casos, a autora pôde perceber que a monetarização das zonas rurais gregas se deu por emissões em bronze no III século AEC,[12] mas ainda assim muito menos numerosas do que aquelas encontradas nos centros urbanos, portos e santuários, em um quadro que se assemelharia a outros casos de sociedades pré-industriais (Grandjean, 2015).

Já François de Callataÿ propõe, para além das grandes abordagens quantitativas (mas não negando-as), uma ainda mais estrita, valorizando microcontextos e a dimensão antropológica dos achados de moedas. Uma aplicação considerada característica dessa forma pelo autor é aquela da análise de moedas encontradas em contextos funerários, que associa o econômico ao cultural (de Callataÿ, 2016b, p. 260-1).

Conclusão

Diante do quadro apresentado e confluindo com as ressalvas feitas por Grandjean, Davies e de Callataÿ, reputamos ser possível tomar os testemunhos numismáticos

12 Meadows (2014, p. 188) advoga que essa substituição das menores frações de prata por moedas de bronze, auxiliando ainda mais a monetarização da vida cotidiana, teria começado ainda no IV século AEC.

como uma ferramenta valiosa para a compreensão das economias antigas. Em um nível mais geral, podemos tirar deles a conclusão de que as economias antigas eram complexas, operando em variados sistemas monetários e escalas, demarcados mediante metais, tipos numismáticos e padrões. Mas essa pluralidade não inibiu o comércio nem as formas não monetárias de dinheiro.

Outra conclusão é a importância dos interesses estatais na emissão das moedas, o que não excluía que, eventualmente, fatores comerciais tivessem influência sobre a recorrência e o volume de emissão das moedas. Ligadas a esse interesse estatal, estavam as operações militares que também tinham seu papel na circulação das moedas por meio de tropas regulares, mercenários e saques. Mas, em um segundo momento, essas emissões poderiam adentrar as relações privadas, para transações que não estavam necessariamente sob o controle das autoridades que haviam emitido as moedas. E essas duas conclusões dificultariam as aplicações literais das teses modernistas ou primitivistas sobre a economia antiga.

Todavia, para considerações mais precisas é necessário se ter outros testemunhos, como o cerâmico, conforme apresentado anteriormente. Esse procedimento pode ser tomado para evitar interpretações equívocas ou demasiadamente simplistas, que associam automaticamente a presença (e a ausência) de moedas ao comércio ou qualquer outra atividade econômica. Além da multiplicidade dos testemunhos, as análises de casos, com abordagens qualitativas de produção e circulação, são uma ferramenta central para a melhor compreensão da complexidade das economias antigas.

Referências

ASHTON, R. H. J. Pseudo-Rhodian Drachms and the Beginning of the Lycian League Coinage. *The Numismatic Chronicle*, vol. 147, 1987, pp. 8-25.

ASHTON, R. H. J. A series of Pseudo-Rhodian Drachms from Mainland Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 148, 1988a, pp. 21-32.

ASHTON, R. H. J. Pseudo-Rhodian Drachms from Samothrace. *The Numismatic Chronicle*, vol. 148, 1988b, pp. 129-34.

ASHTON, R. H. J. Pseudo-rhodian drachms from Eretria (Euboia). *Revue Numismatique*, série 6, tomo 31, 1989a, pp. 41-8.

ASHTON, R. H. J. A Series of Rhodian Didrachms from the mid-Third Century BC. *The Numismatic Chronicle*, vol. 149, 1989b, pp. 1-13.

ASHTON, R. H. J. More Pseudo-Rhodian Drachms from Mainland Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 157, 1997, pp. 188-191.

ASHTON, R. H. J. The coinage of Rhodes 408 – c. 190 BC. In: MEADOWS, A. & SHIPTON, K. (eds.). *Money and its uses in the Ancient Greek World*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 79-115.

ASHTON, R. H. J. ΣΤΑΣΙΩΝ with Crossed Club and Bow: More Pseudo-Rhodian Drachms from Northern Greece. *The Numismatic Chronicle*, vol. 173, 2013, pp. 33-53.

BADAL'JANC, J. S. La Rhodes hellénistique et le nord de la Mer Noire (Les relations économique d'après l'épigraphie céramique. In: GARLAN, Y. (org.). *Production et commerce des amphores anciennes en Mer Noire*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1999, pp. 247-53.

BRESSON, A. La circulation monétaire rhodienne jusqu'en

166. *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 19, n.º 1, 1993, pp. 119-69.
BRESSON, A. Coinage and money supply in the Hellenistic Age. In: ARCHIBALD, Z. H.; DAVIES, J. K. & GABRIELSEN, V. (eds.). *Making, Moving and Managing. The New World of Ancient Economies, 323 – 31 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2005, pp. 44-72.
BRESSON, A. *The Making of the ancient Greek economy: institutions, markets, and growth in the city-states*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
CAHN, H. A. A new Carian Mint. *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society*, VI série, vol. 2, n.º ¼, 1942, pp. 92-94.
DE CALLATAŸ, F. A quantitative survey of Hellenistic coinages: recent achievements. In: ARCHIBALD, Z. H.; DAVIES, J. K. & GABRIELSEN, V. (eds.), *Making, Moving and Managing. The New World of Ancient Economies, 323 – 31 BC*. Oxford: Oxbow Books, 2005, pp. 73-91.
DE CALLATAŸ, F. Le transport des monnaies dans le monde grec. *Revue Belge de Numismatique*, vol. 152, 2006, pp. 5-14.
DE CALLATAŸ, F. Greek coin types in context: a short state of the art. *Pharos*, n.º 22, vol. 1, 2016a, pp. 115-41.
DE CALLATAŸ, F. De quoi les monnaies grecques trouvées en fouilles sont-elles le reflet? Propos diachroniques de méthode. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016b, pp. 239-61.
CARRADICE, I. *Greek coins*. Austin: University of Texas Press, 1995.
DAVIES, J. K. An Economic Historian's Agenda. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016, pp. 19-34.

ÉLAIGNE, S. Les indices des échanges dans l'Orient hellénistique d'après les données de la céramique. In: LE DINAHET, M.-T. (org.). *L'Orient Méditerranéen de la mort d'Alexandre au Ier siècle avant notre ère (Anatolie, Chypre, Égypte, Syrie)*. Nantes: Éditions du Temps, 2003, pp. 392-409.

ERHART, K. P. *The Development of the Facing Head Motif on Greek Coins and Its Relation to Classical Art*. Nova York: Garland Publishing, 1979.

FLORENZANO, M. B. B. Fontes sobre a origem da moeda: uma apresentação crítica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 11, 2001, pp. 201-11.

FLORENZANO, M. B. B. Coins and cultural contact: adoption and use of metal coins by non-Greeks in ancient Calabria (6th-5th centuries BC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 33, 2019, pp. 36-44.

GABRIELSEN, V. Rhodes and the Ptolemaic kingdom: the commercial infrastructure. In: BURASELIS, K.; STEFANOU, M. & THOMPSON, D. (eds.). *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 66-81.

GÖKTÜRK, M. T. A Hoard of Hellenistic Silver Coins of Myndos, Halikarnassos and Knidos. In: ASHTON, R. (ed.). *Studies in Ancient coinage from Turkey*. Londres: Royal Numismatic Society, 1996, pp. 5-8.

GRANDJEAN, C. Identité civique et réalités monétaires en Grèce ancienne. *Revue numismatique*, 6.ª série, tomo 168, 2012, pp. 11-21.

GRANDJEAN, C. La monétarisation de l'*astu* et de la *chôra* des cités grecques (VIe s. av.n.è – V s. de n. è.) en questions. *Revue Belge de Numismatique*, vol. 161, 2015, pp. 3-15.

GRANDJEAN, C. La petite monnaie des Grecs (Ve – IIIe siècles avant notre ère). *Dialogues d'histoire ancienne. Supplément*, vol. 20, n.º 1, 2020, pp. 159-81.

GRANDJEAN, C.; HOFFMANN, G.; CAPDETREY, L. & CARREZ-MARATRAY, J.-Y. *Le monde hellénistique*. Paris : Armand Colin, 2017.

IOSSIF, P. P. Using Site Finds for Statistical Analyses of the Seleucid Numismatic production and Circulation. An Introduction to the Method. In: DUYRAT, F. & GRANDJEAN, C. (eds.). *Les monnaies de fouille du monde grec (VIe – Ier s. a.C.). Apports, approches et méthodes*. Bordeaux : Ausonius, 2016, pp. 263-96.

IOSSIF, P. P. & VAN DE PUT, W. Greek iconographies: meandering paths to understanding images. *Pharos*, n.º 22, vol. 1, 2016, pp. 1-8.

LAKY, L. de A. Moedas, santuários e contexto único de produção: o lugar da documentação numismática no estudo do culto de divindades na pólis grega. In: PORTO, V. C. (ed.). *Arqueologia hoje: tendências e debates*. São Paulo: MAE/USP, 2019, pp. 453-64.

LE RIDER, G. La circulation des monnaies aux types d'Alexandre en Asie Mineure au IIIe siècle avant J.-C. *Bulletin de la Societé Nationale des Antiquaires de France, 1986*, 1987, pp. 120-1.

LE RIDER, G. Les voyages des monnaies d'argent, principalement dans le royaume Séleucide. *Anatolia Antiqua*, tomo 1, 1991, pp. 209-15.

LE RIDER, G. Les clauses financières des traités de 189 et de 188. *Bulletin de correspondance hellénique*, vol. 116, n.º 1, 1992, pp. 267-77.

LE RIDER, G. Sur un aspect du comportement monétaire des villes libres d'Asie Mineure occidentale au IIe siècle: leurs émissions de tétradrachmes de poids attique frappés entre 188 et c. 140. In: BRESSON, A. & DESCAT, R. (orgs.). *Les cités d'Asie Mineure Occidentale au IIe siècle*. Bordeaux: Ausonius, 2001, pp. 37-59.

LUND, J. Rhodian Amphorae in Rhodes and Alexandria as Evidence of Trade. In: GABRIELSEN, V.; BILDE, P.;

ENGBERG-PDERSEN, T.; HANNESTAD, L. & ZAHLE, J. (eds.). *Hellenistic Rhodes: Politics, Culture and Society*. Aarhus: Aarhus University Press, 1999, pp. 187-204.

MARCELLESI, M.-C. Commerce, monnaies locales et monnaies communes dans les États hellénistiques. *Revue des Études Grecques*, tomo 113, 2000, pp. 326-58.

MEADOWS, A. Money, Freedom, and Empire in the Hellenistic World. In: MEADOWS, A. & HIPTON, K. (eds.). *Money and Its Uses in the Ancient Greek World*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 53-63.

MEADOWS, A. The Spread of Coins in the Hellenistic World. In: BERHOLZ, P. & VAUBEL, R. (eds.). *Explaining Monetary and Financial Innovation, Financial and Monetary Policy Studies*, vol. 39, 2014, pp. 169-94.

MEADOWS, A. The Great Transformation. Civic Coin Design in the Second Century BC. In: IOSSIF, P. P.; DE CALLATAŸ, F. & VEYMIERS, R. (eds.). ΤΥΠΟΙ. *Greek and Roman Coins Seen Through Their Images. Noble Issuers, Humble Users? Proceedings of the International Conference Organized by the Belgian and French Schools at Athens, 26-28 September 2012*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2018a, pp. 299-318.

MEADOWS, A. What is an Alexander? PELLA and the Classification or Interpretation of Coinage in the Name of Alexander the Great. In: GLENN, S.; DUYRAT, F. & MEADOWS, A. *Alexander the Great. A Linked Open Worl*. Bordeaux: Ausonius Éditions, 2018b, pp. 55-74.

MØRKHOLM, O. Some Reflections on the Production and Use of Coinage in Ancient Greece. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 31, n.º 3, 1982, pp. 290-305.

MOSSÉ, C. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo (Séculos VIII – VI a.C.)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

MURGAN, A. M. & KEMMERS, F. Temples, hoards and pre(?) monetary practices – case studies from mainland Italy

and Sicily in the 1st millennium BC. In: BAITINGER, H. (org.). *Materielle Kultur und Identität im Spannungsfeld zwischen Mediterraner Welt und Mitteleuropa*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums, 2016.

NICOLET-PIERRE, H. *Numismatique grecque*. Paris: Armand Colin, 2005.

PAPPA, E. The poster boys of antiquity's 'capitalism' shunning money? The spread of the alphabet in the Mediterranean as a function of a credit-base, maritime trade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 33, 2019, pp. 91-138.

PSOMA, S. Royal bronze coinages versus civic coin bronze coinages. The tale of two stories for Greek history. In: ASOLATI, M. & GORINI, G. *I Ritrovamenti Monetali e i processi storico-economici nel mondo antico*. Pádua: Esedra editrice, 2012.

PUCCINI, D. B. A contribuição da Estela do Porto à numismática de Tasos no século V a.C. In: PORTO, V. C. (ed.). *Arqueologia hoje: tendências e debates*. São Paulo: MAE/USP, 2019, pp. 165-79.

ROSTOVTZEFF, M. *The Social and Economic History of the Hellenistic World*, vol. I. Oxford: Claredon Press, 1941.

SALES, J. das C. *A moeda como meio de propaganda: o caso paradigmático do Egipto ptolomaico*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017.

THONEMANN, P. *The Hellenistic world: using coins as sources*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Sobre os autores

Alana Thaís Basso

Licenciada em História (UFRGS), mestra em História (UFRGS, bolsista CAPES) e doutoranda em História Social (UFF, bolsista CNPq). Possui experiência na área de História, com ênfase em História da América Colonial e História da Idade Moderna, atuando especialmente nos seguintes temas: comércio ilegal, escravidão, contrabando de escravizados e Rio da Prata no século XVIII.

Alexandre Santos de Moraes

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo

Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda o desenvolvimento da indústria petrolífera no Oriente Médio durante a primeira metade do século XX. Atualmente atua como professor de História na Educação Básica.

Fábio Carlos da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade de São Paulo, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará, doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Tem experiência na área de planejamento regional, gestão pública e História Econômica do Brasil e da Amazônia.

Fernanda Novaes de Freitas

Licenciada e mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estuda a circulação de metais preciosos no eixo Atlântico-Índico durante os séculos XVII e XVIII. Atualmente atua como professora de História na Educação Básica.

Guilherme Silva Pixinine

Aluno de graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Henrique Luiz Oliveira Spitz

Licenciado em História (UFF), mestre em História (UFF) e doutorando em História (UFF). Possui experiência na área de História, com ênfase em História Moderna, pesquisando principalmente os seguintes temas: História

Econômica, História Global, impérios britânico e espanhol e América colonial.

Julio Cesar Pereira de Carvalho

Bacharel em Relações Internacionais (UFRRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRRJ) e doutorando em História Social (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes eixos temáticos: ditadura militar, Estado, empresariado brasileiro, petróleo e Petrobras.

Leonardo Milanez de Lima Leandro

Bacharel em Administração, mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor de Universidade Federal do Vale do São Francisco. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em História Econômica.

Luiz Fernando Saraiva

Graduado, mestre e doutor em História, com ênfase em História Econômica. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Marcos Marinho

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ - 2016), bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2013). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), do

grupo de pesquisa interinstitucional O Vale do Paraíba, o Império do Brasil e a Segunda Escravidão e do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Oitocentos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) e professor docente I da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC - RJ). Seus interesses de pesquisa são voltados para os seguintes temas: história das técnicas e da tecnologia, história da escravidão nas Américas, história agrária, história econômica e social do Brasil Império (século XIX).

Marcos Taroco Resende

Doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Economia pela UNIFAL-MG. Graduação em Ciências Econômicas pela UFSJ. Suas pesquisas circunscrevem as áreas de História do Pensamento Econômico e de História Econômica, com foco na América Latina. Atualmente é editor adjunto na revista *História Econômica & História de Empresas* (*HE&HE*) da ABPHE.

Mateus Mello Araujo da Silva

Bacharel e licenciado em História (UFF), mestre e doutorando em História Social (UFF, bolsista CAPES). Pesquisador convidado da Université Paris Cité e do centro Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques (AnHiMA) sob orientação da professora doutora Florence Gherchanoc. Membro do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA/UFF) e do grupo de pesquisa em Numismática Antiga do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP). Possui experiência na área de História Antiga, trabalhando com

numismática, epigrafia e temas ligados à etnicidade nos períodos clássico e helenístico.

Mylena Porto da Gama

Bacharel e licenciada em História (UFF) e mestre em História Social (UFRJ). Atualmente cursa doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é bolsista CNPq. Participa do grupo de pesquisa CNPq Antigo Regime nos Trópicos. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Colonial, atuando principalmente nas seguintes temáticas: História Econômica, História agrária e SIG histórico.

Rebecca de Oliveira Freitas

Bacharel e licenciada em História (UFPR) e licenciada em Música (UNESPAR), mestre em História Social (UFF) e doutoranda no mesmo programa. Tem experiência na área de história, com ênfase sobre História da União Soviética, História do Pensamento Econômico, História Social do Trabalho e História das Mulheres.

Rejane Valvano Corrêa da Silva

Bacharel e mestra em Filosofia (PUC-Rio), fez doutorado em Antropologia (IFCS/UFRJ) e pós-doutorado no Centro de pesquisa Fernand Braudel, Binghamton/NY. Professora no Departamento de Sociologia e Antropologia na UFMA, realizou e orientou pesquisa sobre crédito, relações sociais na produção do algodão e economia informal.

Renato Leite Marcondes

Economista e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP). Pesquisa na área de História Econômica e dDmográfica, principalmente os temas: crédito, hipoteca, acumulação de riqueza, cafeicultura, posse de escravos, desigualdade regional e comércio.

Rodrigo de Paula Abi-Ramia

Doutorando em História pelo (PPGH - UFF), mestre em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL - UNILA) e graduado em Relações Internacionais (INEST - UFF). Sua área pesquisa centra-se principalmente acerca dos temas: relações internacionais na América Latina; hegemonia; dependência; decolonialidade.

Thaiz Barbosa Freitas

Bacharel e Licenciada em História (UFF) e mestre em História Social (UFF). Atualmente cursa doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Colonial, atuando principalmente nas seguintes temáticas: História Econômica, História agrária e SIG histórico.

Thiago Alvarenga de Oliveira

Professor de Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira na Faculdade de Economia (UFF). Doutor em história social pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense e em "Desarollo, Sociedad y Relaciones Laborales" pela Universidad de Murcia.

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca

Doutor em História pelo PPGH-UFF, professor de História nos anos finais do Ensino Fundamental na SME-RJ e coordenador da Pós-Graduação em História do Rio Janeiro no IPN.